



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC na região da grande Florianópolis e, eventualmente, nas demais regiões do estado de Santa Catarina.

2. Fundamentação da Contratação

A presente contratação se justifica pela necessidade de conservação das instalações das edificações ocupadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina com vistas a fornecer aos magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados condições adequadas e seguras de funcionamento e de operação das referidas edificações.

Por meio de manutenção permanente, busca-se a otimização das instalações prediais, logrando evitar acidentes ou transtornos relacionados ao uso contínuo dessas instalações, além de prolongar a vida útil de equipamentos e gerar condições adequadas ao exercício das atividades de servidores e colaboradores do TRE-SC.

A contratação de uma empresa para realizar os serviços continuados em tela tem amparo no §1º do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, a execução indireta das atividades acessórias instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Órgão ou Entidade que poderá ser objeto de execução indireta, dentre as quais aquelas relacionadas à manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

3. Descrição da solução

Contratação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC na região da grande Florianópolis e, eventualmente, nas demais regiões do estado de Santa Catarina.

A previsão de início da prestação dos serviços é 1º/11/2024.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudos Técnicos Preliminares juntado ao PAE 10.492/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

Código SIASG: 1627

4. Requisitos da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O presente objeto contempla a contratação do seguinte escopo relacionado à manutenção predial dos edifícios do TRE-SC, agregando a mão de obra residente e não residente, o fornecimento de materiais e a prestação de serviços eventuais, conforme definições a seguir:

- a) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente (ex.: substituição de lâmpada queimada).
- b) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante (ex.: lubrificação de equipamentos).
- c) **MANUTENÇÃO PREDITIVA:** conjunto de medidas operacionais técnicas de vistoria, que indica as condições reais de funcionamento das máquinas com base em dados que informam o seu desgaste ou processo de degradação. Trata-se da manutenção que prediz o tempo de vida útil dos componentes das máquinas e equipamentos e as condições para que esse tempo de vida seja mais bem aproveitado (ex.: análise termográfica de quadros elétricos).
- d) **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO:** é o relatório preenchido pela Contratada, a critério da gestão do contrato pelo TRE-SC, após a execução dos serviços nos Cartórios Eleitorais, onde deverão ser incluídas informações a respeito do atendimento. A Contratada deverá utilizar o modelo constante no Termo de Referência (Anexo VI) ou novo modelo a ser definido em conjunto com a gestão do contrato do TRE-SC.

Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes:

- a) Normas e especificações constantes desta documentação; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial:
 - i. NBR 5674:2012 – Manutenção de Edificações: Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
 - ii. NBR 15575/2013 – Edificações habitacionais – Desempenho (Partes 1 a 6);
 - iii. NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
 - iv. NBR 8160/1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
 - v. NBR 5626/1998 - Instalação predial de água fria.
- b) Normas do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e suas regulamentações; aos regulamentos das empresas concessionárias;
- c) Normas regulamentadoras nº 06, 10, 18, 20, 23 e 35 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais regulamentações dos órgãos competentes;
- d) Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- e) Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:
 - i. Plano de Logística Sustentável do TRE-SC;
 - ii. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
 - iii. Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021, que dispõe sobre medidas de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As premissas relativas à mão de obra, assim como a rotina dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva serão disponibilizados em orientações específicas no Termo de Referência.

Para tanto, a CONTRATADA deverá alocar, de forma permanente, toda a mão de obra qualificada e necessária para a execução das rotinas de manutenção elencadas nesta contratação, conforme estimativa de mão de obra estabelecidas nesta contratação, assim como o fornecimento de todos os uniformes, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços.

Os materiais e peças de reposição ou recuperação de instalações serão fornecidos pelo TRE-SC e deverão ser empregados obedecendo às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia dos prestadores de serviços.

Os serviços regulares de manutenção predial deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta, no intervalo compreendido entre as 7h e as 20h, podendo haver flexibilidade de horário em comum acordo entre a Fiscalização e a CONTRATADA, incluindo a possibilidade de trabalho aos sábados no período matutino.

Os serviços que possam interferir no andamento dos trabalhos do CONTRATANTE deverão ser realizados fora do horário de expediente normal, podendo ocorrer aos sábados, domingos e feriados.

Os serviços poderão ser realizados em quaisquer edifícios ocupados pelo TRE-SC. O traslado para atendimento das demandas em edificações distantes do edifício Sede será realizado em veículo oficial do TRE-SC.

A critério do TRE-SC, poderão ser realizadas viagens para fora da Grande Florianópolis, hipótese em que o transporte será realizado em veículos oficiais e haverá o pagamento de uma taxa diária de deslocamento à Contratada.

5. Modelo de execução do objeto

A Contratada deverá estar disponível para execução do objeto desta contratação imediatamente após o cumprimento das obrigações iniciais previstas no item 5.12.5 deste Termo de Referência.

Para atender às necessidades do TRE-SC nesta contratação, estima-se uma força de trabalho composta de 4 (quatro) Técnicos em Eletrotécnica, 6 (seis) Profissionais da Construção Civil, e 1 (um) Supervisor, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Descrição da produtividade por funcionário / ano

PRODUTIVIDADE POR FUNCIONÁRIO / ANO	Quant.	Unid.	Total de Horas
TÉCNICOS EM ELETROTÉCNICA			
1 funcionários: 12 meses x 22 dias/mês x 8,8 horas/dia = 2.323,20 horas	4	Func.	9.292,80
PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			
1 funcionário: 12 meses x 22 dias/mês x 8,8 horas/dia = 2.323,20 horas	6	Func.	13.939,20
SUPERVISOR			
1 funcionário: 12 meses x 22 dias/mês x 8,8 horas/dia = 2.323,20 horas	1	Func.	2.323,20

Os serviços de manutenção pela mão de obra fixa, por postos de trabalho, cujas jornadas de trabalho serão de 44 horas semanais, serão realizados em quaisquer edifícios ocupados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Os serviços regulares de manutenção predial deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta, no intervalo compreendido entre as 7h e as 20h, podendo haver flexibilidade de horário em comum acordo entre a Fiscalização e a CONTRATADA, incluindo a possibilidade de trabalho aos sábados no período matutino.
- b) Os serviços que possam interferir no andamento dos trabalhos do CONTRATANTE deverão ser realizados fora do horário de expediente normal, podendo ocorrer aos sábados, domingos e feriados.
- c) Os deslocamentos dos empregados da CONTRATADA entre as instalações do TRE-SC, visando à execução dos serviços, serão realizados por meio de carros oficiais do CONTRATANTE.
- d) Os serviços serão executados com base nas demandas identificadas durante a execução das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, nas solicitações de serviços registradas pelos usuários do TRE-SC através do sistema “Central de Serviços” e nas demais demandas identificadas pelo CONTRATANTE.
- e) A Supervisão da Contratada deverá consultar diariamente o sistema “Central de Serviços”, ou similar que vier a substituí-lo, direcionando os técnicos de manutenção predial para atendimento da demanda de serviços de manutenção corretiva registrados.
- f) A Contratada deverá manter rotina de manutenções preventivas, conforme rol não-exaustivo constante do Anexo IV bem como atribuições dos técnicos de manutenção predial conforme subitem 5.15 deste Termo de Referência, gerando registros devidamente assinados pela Supervisão da Contratada e/ou técnicos em formulários definidos pela fiscalização do contrato.
- g) A Contratada deverá executar manutenções preditivas de maneira proativa, detectando e reparando falhas potenciais com antecedência, sempre com a anuência e acompanhamento do CONTRATANTE.
- h) No caso de auxílio para mudanças, Eleições ou outros casos excepcionais a critério do Tribunal, os serviços poderão ser realizados em quaisquer Zonas Eleitorais definidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC no estado de Santa Catarina, conforme lista disponibilizada no sítio do TRE-SC na internet (http://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/zonas_eleitorais/informacoes/mapa_zonas_eleitorais.pdf ou atualizações subsequentes).

Os principais serviços a serem desempenhados pela mão-de-obra a ser disponibilizada pela Contratada são os seguintes:

a) Do Supervisor

Os serviços a serem executados pelo Supervisor envolvem todas as ações relacionadas a supervisão dos profissionais técnicos e consistem fundamentalmente, mas não de forma exaustiva, nas seguintes atividades:

- i. Operar o sistema de recebimento de requisições efetuando a distribuição das tarefas conforme área de atuação, gerenciando e acompanhando os serviços de forma a obter sempre uma operação correta e eficaz dos trabalhos executados dentro de prazos e especificações definidos conforme o caso, apresentando relatório diário do andamento das atividades, materiais utilizados e informações pertinentes à Fiscalização do Contrato;
- ii. Supervisionar, gerenciar e executar os serviços desenvolvidos pelos respectivos Técnicos de Eletrotécnica e Profissionais da Construção Civil, de modo a obter sempre uma operação correta e eficaz dos trabalhos executados;
- iii. Vistoriar, a critério do setor competente, todas as instalações dos prédios da Justiça Eleitoral catarinense, sugerindo os reparos e as manutenções necessárias;
- iv. Encaminhar todas as ocorrências ao conhecimento da Fiscalização;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- v. Prestar assessoria à Fiscalização na elaboração de especificações técnicas e orçamentos de materiais a serem utilizados na execução dos serviços;
- vi. Manter o setor competente sempre informado das atividades executadas pela equipe de trabalho;
- vii. Zelar para que o serviço transcorra dentro da normalidade, obedecidas as orientações regulamentares do TRE-SC;
- viii. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos profissionais da Contratada, procurando sempre dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- ix. Receber e providenciar as determinações da Fiscalização do Contrato, quanto aos serviços normais e suplementares;
- x. Acompanhar, fiscalizar e orientar no uso correto dos equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- xi. Responsabilizar-se, por meio de termo próprio, pelas ferramentas e equipamentos de propriedade do TRE-SC utilizados na execução dos serviços; como também pela gestão e controle de materiais e equipamentos diversos;
- xii. Fiscalizar e orientar os técnicos e profissionais quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI), sempre que necessário;
- xiii. Verificar se todo o pessoal está devidamente uniformizado;
- xiv. Controlar a frequência dos Técnicos e Profissionais disponibilizados, cientificando a FISCALIZAÇÃO sobre quaisquer ocorrências, providenciando a imediata reposição da força de trabalho, com a devida substituição;
- xv. Realizar vistorias técnicas nos imóveis da justiça eleitoral, a pedido do TRE-SC, elaborando relatórios das visitas realizadas;
- xvi. Realizar outras atividades correlatas.

b) Técnicos em Eletrotécnica:

Os serviços a serem executados devem ser regulares e de pronto atendimento, envolvem todas as ações pertinentes à manutenção das instalações elétricas das edificações e consistem fundamentalmente, mas não de forma exaustiva, nas seguintes atividades:

- i. Realizar a manutenção preventiva seguindo as orientações do Plano de Manutenção Preventiva juntado ao Anexo IV;
- ii. Realizar manutenção corretiva nas subestações, nos casos de emergência, além de inspeções visuais periódicas para detectar possíveis anormalidades;
- iii. Reparar, substituir e instalar rede elétrica de tomadas dos tipos monofásica e trifásica instaladas, incluindo a instalação de quadro de distribuição e mantendo o padrão de identificação e cores;
- iv. Reparar ou instalar tomadas especiais para equipamentos diversos;
- v. Reparar ou instalar os equipamentos elétricos dos sistemas de iluminação de emergência e abastecimento de água dos prédios, bem como de demais equipamentos elétricos;
- vi. Trocar e testar lâmpadas e reatores diversos, incluindo limpeza de lâmpadas, luminárias e, quando possível, postes de iluminação;
- vii. Reparar, substituir e instalar interruptores de luz;
- viii. Dividir ou ampliar circuitos de iluminação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ix. Reparar e instalar luminárias embutidas ou de sobrepor, conforme modelos existentes ou especificação própria do TRE-SC, quando possível;
- x. Instalar, reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como, reatores, fotocélula, contactores, relês, minuteiras, chaves de baixa tensão, fusíveis, cigarras etc.;
- xi. Avaliar a luminosidade de ambientes;
- xii. Reparar e ampliar circuitos elétricos existentes, inclusive com a substituição de condutores e inclusão de novos pontos de carga;
- xiii. Balancear quadros;
- xiv. Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores e condutores;
- xv. Avaliar e efetuar o reaperto de bornes, disjuntores, contactores, chaves e etc.;
- xvi. Inspeccionar as caixas de proteção dos barramentos, parafusos de fixação e isoladores;
- xvii. Inspeccionar terminais, conexões e fusíveis em geral;
- xviii. Verificar e analisar o aterramento dos quadros, luminárias e etc.;
- xix. Limpar e organizar caixas de passagem, eletrocalhas e caixas de tomadas;
- xx. Verificar o funcionamento das luminárias, blocos autônomos e placas de sinalização de emergência e o estado das respectivas baterias.
- xxi. Efetuar a limpeza geral dos quadros elétricos, verificar o livre acesso e verificar a correta identificação de cada circuito no quadro;
- xxii. Prestar assistência, quando da realização de eventos e cerimônias diversas, na confecção de extensões de tomadas, avaliação de circuitos para utilização de equipamentos, instalações de circuitos provisórios, etc.;
- xxiii. Assessorar tecnicamente na compra de produtos elétricos e/ou eletrônicos;
- xxiv. Executar os serviços com a rede energizada, seguindo rigorosamente todas as normas de proteção preconizadas na NR-10, quando o desligamento de energia acarretar prejuízos aos trabalhos desenvolvidos no TRE-SC; e
- xxv. Acompanhar a prestação de serviços de terceiros em equipamentos que utilizem as instalações elétricas prestando as devidas informações à supervisão, como também realizar outras atividades correlatas.

c) Dos Profissionais da Construção Civil

Os serviços a serem executados por profissionais da construção civil envolvem todas as ações pertinentes à manutenção de elementos construtivos e arquitetônicos das edificações, e consistem fundamentalmente, mas não de forma exaustiva, nas seguintes atividades:

- i. Realizar a manutenção preventiva seguindo as orientações do Plano de Manutenção Preventiva juntado ao Anexo IV;
- ii. Reparo de vazamento em encanamentos, conexões, registros, torneiras, pias, vasos sanitários e caixas sifonadas, com ou sem substituição destes ou de outros dispositivos hidrossanitários;
- iii. Instalação de louças sanitárias, torneiras, registros, válvulas, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos;
- iv. Reparo de vazamentos de pequeno porte em redes pluviais e redes de drenagem de sistemas de refrigeração, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bocais, conexões e suportes;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- v. Inspecionar, testar e reparar, quando possível, o sistema de bombeamento de recalque e abastecimento dos reservatórios dos Edifícios Sede e Anexo do TRE-SC, alternando quinzenalmente o funcionamento das bombas com registro próprio a ser encaminhado à Fiscalização. O engaxetamento das bombas hidráulicas deve ser realizado conforme NBR 12.640;
- vi. Manutenção preventiva na rede coletora de esgotos e águas pluviais, incluindo o desentupimento de pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e sistema de drenagem de equipamentos condicionadores de ar. E, quando possível, desentupimento das caixas de inspeção de esgoto e águas pluviais;
- vii. Conserto ou substituição de encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, incluindo o conserto ou substituição de registros, válvulas retentoras, torneiras boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;
- viii. Manutenção preventiva e corretiva de sistema de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos; e remanejamento de ponto de utilização de água potável nas áreas internas ou externas das dependências dos edifícios do TRE-SC;
- ix. Conserto, regulagem e lubrificação de portas e janelas, incluindo a instalação, conserto ou substituição, quando possível, de fechadura, trava, dobradiça, mola, prendedor, trinco, etc.;
- x. Serviço de manutenção realizado por pedreiro, gesso, reparação de paredes, tetos, forros em geral, escadas e muros, com massa e tinta apropriadas;
- xi. Manutenção de vazamentos pontuais na cobertura, com ou sem substituição de telha;
- xii. Realização de manutenção das impermeabilizações rígidas e semi-flexíveis em pisos, paredes, floreiras, lajes, etc.;
- xiii. Realização de manutenções de grades de segurança em geral e de esquadrias, com proteções com anti-ferruginoso, incluindo montagens e instalações das peças em portas e janelas, quando possível;
- xiv. Manutenção ou substituição em pequenas áreas de pisos diversos, tais como: forrações, piso vinílico ou cerâmico;
- xv. Pintura de peças reparadas, bem como: pintura de caixas de incêndio, quadro de distribuição elétrico, telefônico e acabamento em moldura de caixilho e vistas de equipamento de ar condicionado;
- xvi. Reparo, desmontagem e transporte de divisória (com ou sem vidro);
- xvii. Serviço de pintura em alvenaria, metal e madeira, aplicação de massa corrida, massa acrílica, fundo preparador, seladores, texturas, aplicação de tintas à base d'água, látex PVA, vinil-acrílicas e acrílica, esmalte sintético, acrílico piso, verniz, etc. com utilização da técnica por profissionais pintores, conforme NBR 13245;
- xviii. Instalação de equipamentos diversos, tais como: equipamentos eletroeletrônicos de fácil instalação, extintores de incêndio, purificadores de ar, telas de projeção, acessórios de banheiro e copa e suportes em geral;
- xix. Manutenção de pequenos reparos na fachada de edifícios, quando possível, como: reparos em pastilhas, pintura, intervenção em drenos de ar condicionado, redes de proteção, etc., com utilização de equipamentos de segurança adequados;
- xx. Execução de pequenos serviços de manutenção e recomposição de arruamentos, calçadas, estacionamento, sinalização vertical e horizontal;
- xxi. Serviços de retirada, recolocação e manutenção de persianas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- xxii. Verificação do alinhamento e o fechamento das portas metálicas e de vidro, bem como verificação do funcionamento de portões metálicos, incluindo lubrificação de roldanas, pinos deslizantes, e outros elementos;
- xxiii. Vistoria de forros de gesso para identificação de trincas e outros danos; e recuperá-lo em locais danificados por inspeção ou manutenção de instalações, remoção e remanejamento de divisórias e etc.;
- xxiv. Verificar o correto assentamento e fixação das portas; o estado de dobradiças, fechaduras, molas de porta e demais ferragens;
- xxv. Prestar assistência, excepcionalmente, quando da realização de eventos e cerimônias diversas, no reposicionamento de mobiliário e montagem/desmontagem e montagem de móveis e etc.;
- xxvi. Remoção de entulhos e transporte, controle e gestão de materiais diversos; e
- xxvii. Acompanhar a prestação de serviços de terceiros nas instalações prediais prestando as devidas informações à supervisão, como também realizar outras atividades correlatas.

Os serviços a serem prestados deverão respeitar os preceitos das normas e legislação vigentes, relativas ao assunto. Todo serviço rejeitado pela Gestão e Fiscalização deverá ser imediatamente refeito com a qualidade compatível com a especificada nesta Contratação, assim como nas normas correlatas.

Os materiais disponibilizados pelo setor de manutenção do TRE-SC deverão ser empregados obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia dos profissionais da empresa Contratada.

As ferramentas de propriedade do TRE-SC poderão ser utilizadas pela Contratada na execução dos serviços mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade, que atestará a respectiva carga.

O Supervisor será responsável pelo gerenciamento, organização, distribuição e controle de ferramentas e materiais do TRE-SC a serem utilizados na execução dos serviços.

5.1. Equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários a execução dos serviços:

Salvo por determinação expressa neste documento, os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução das atividades são de total responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRE-SC ou de outra empresa prestadora de serviço.

Nenhuma demanda de manutenção pode ficar pendente por falta de ferramental adequado para sua correta execução.

5.2. Fornecimento de materiais nos casos de manutenção corretiva emergencial:

Sendo necessária a manutenção corretiva emergencial em qualquer uma das áreas relacionadas no objeto desta contratação, deve a Contratada apresentar orçamento detalhado dos materiais necessários à realização dos serviços, devendo o setor competente verificar se os valores orçados estão compatíveis com os praticados no mercado.

O prazo para apresentação do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da Gestão do Contrato.

O prazo para fornecimento dos materiais constantes do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a autorização.

Ao TRE-SC caberá a fiscalização e o acompanhamento do Contrato, conforme descrito no subitem 6.4 deste



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Termo de Referência.

5.3. Serviços Adicionais:

O Contratante poderá solicitar à Contratada a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, os quais poderão ser realizados em dias úteis dentro e/ou fora do horário de expediente normal de trabalho dos Técnicos, Profissionais e Supervisores, inclusive nos sábados, domingos e feriados, e, ainda, em horários noturnos. Esses serviços serão requisitados a Contratada pela Gestão do Contrato observando-se o seguinte:

Tabela – Pacotes Adicionais de Serviço de Manutenção Predial

Pacotes de Serviços Adicionais	Produtividade correspondente a 01 (um) pacote de serviço adicional	Unidade
PACOTE 1	Serviço adicional de manutenção por Técnico em Eletrotécnica.	Hora
PACOTE 2	Serviço adicional de manutenção por Profissional da Construção Civil.	Hora
PACOTE 3	Serviço adicional fora do expediente por Supervisor.	Hora
PACOTE 4	Serviço adicional de manutenção por Técnico em Eletrotécnica.	Mês
PACOTE 5	Serviço adicional de manutenção por Profissional da Construção Civil.	Mês

A Contratada não poderá alegar indisponibilidade de Técnicos e Profissionais para atendimento dos pacotes adicionais solicitados pelo Contratante, devendo possuir quadro técnico suficiente para atender eventual demanda de profissionais na área acima mencionada.

O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência, os seus horários de execução.

Os pacotes de serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela Gestão do Contrato, com antecedência mínima de 12 (doze) horas (pacotes 1 a 3) e de 2 (dois) dias (pacotes 4 e 5).

Estima-se a realização anual de 240 (duzentos e quarenta) pacotes adicionais 1, 360 (trezentos e sessenta) pacotes adicionais 2, 60 (sessenta) pacotes adicionais 3, 1 (um) pacote adicional 4 e 1 (um) pacote adicional 5.

5.4. Dos deslocamentos:

Os deslocamentos dos empregados da CONTRATADA entre as instalações do TRE-SC, visando à execução dos serviços, serão realizados por meio de carros oficiais do CONTRATANTE.

A critério da gestão do contrato do TRE-SC, serão autorizadas viagens para fora da Grande Florianópolis nas seguintes situações:

- Realização de vistorias técnicas nos imóveis à disposição da justiça eleitoral;
- Apoio técnico durante o período eleitoral ou de outras eleições apoiadas pelo TRE-SC;
- Apoio técnico para mudanças dos Cartórios Eleitorais;
- Situações emergenciais;
- Durante o período em que não houver contrato específico de manutenção predial para os imóveis fora da Grande Florianópolis.

No caso de viagens para fora da Grande Florianópolis, o prestador de serviço será ressarcido das despesas com a viagem por meio de uma taxa diária de deslocamento.

A taxa diária de deslocamento será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dos profissionais para imóveis de propriedade do TRE-SC fora da Grande Florianópolis, a fim de custear todas as despesas – ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

O deslocamento será realizado sempre que necessário, no horário definido pela Contratante, o que não significa que ocorrerá dentro das 44 horas semanais. A Contratada deverá utilizar a taxa diária de deslocamento para custear eventuais despesas com pagamento de horas-extras aos funcionários durante os deslocamentos fora do horário de expediente. O TRE-SC, em hipótese alguma, irá utilizar os pacotes descritos no item 5.3 para remunerar o período em que os técnicos da Contratada estiverem em deslocamento, mesmo que em meio de transporte fornecido pela Contratante.

A empresa não fará jus a recebimento da taxa diária de deslocamento quando houver movimentação dos seus funcionários entre os municípios da Grande Florianópolis: Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista e Tijucas, incluídos os municípios que pertencem àquelas Zonas Eleitorais.

Estima-se a demanda de 390 (trezentos e noventa) deslocamentos (diárias) anuais.

5.5. Prazos

A empresa contratada deverá tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC:

- a) Apresentar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação: Manutenção Predial.
- b) Providenciar, às suas expensas, e entregar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s) do profissional citado na alínea “a”, devidamente registrada no CREA, CAU ou CRT, de execução dos serviços deste Termo de Referência. A ART, RRT ou equivalente deverá ter validade durante a vigência do contrato e nova ART ou RRT deverá ser apresentada a cada eventual prorrogação contratual.
- c) Participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRE-SC.
- d) Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato.

5.6. Local de entrega ou prestação dos serviços

A prestação dos serviços será realizada nos imóveis próprios e/ou utilizados pelo TRE-SC nas cidades da grande Florianópolis, conforme Lei Complementar Estadual nº 636 de 09/09/2014, e, nos casos definidos neste Termo de Referência, nos demais imóveis próprios e/ou utilizados pelo TRE-SC no estado de Santa Catarina.

Atualmente, existem os seguintes imóveis na região da grande Florianópolis:

- Edifício Sede do TRE-SC;
- Edifício Anexo I do TRE-SC;
- Edifício Anexo II do TRE-SC;
- Depósito Central do TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Cartório Eleitoral de Biguaçu;
- Cartório Eleitoral de Florianópolis;
- Cartório Eleitoral de Palhoça
- Cartório Eleitoral de Santo Amaro da Imperatriz;
- Cartório Eleitoral de São João Batista;
- Cartório Eleitoral de São José;
- Cartório Eleitoral de Tijucas.

Os imóveis próprios e/ou utilizados pelo TRE-SC no estado de Santa Catarina estão listados no Anexo II deste Termo de Referência.

5.7. Recebimento provisório e definitivo

Desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos durante a execução dos serviços:

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.8. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

i.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.9. Garantia do objeto

Os serviços e materiais empregados na execução das demandas objeto desta contratação terão garantia mínima de 90 dias.

Caso o material empregado possua prazo de garantia superior dado pelo fabricante, este prazo prevalecerá.

A Contratada não será obrigada a fornecer garantia em situações de força maior, como:

- a) Ato de vandalismo;
- b) Desastre natural;
- c) Queda ou sobrecarga de tensão elétrica e/ou frequência;
- d) Deflagração de incêndio, ainda que parcial, no local onde o material foi instalado ou o serviço foi executado, desde que não relacionado ao serviço executado;
- e) Sinistro causado por defeito em material não instalado pela Contratada ou serviço não efetuado pela Contratada.

5.10. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.11. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

5.11.1. Autorizar o início dos serviços.

5.11.2. Promover, por meio da equipe designada no subitem 6.2, a gestão e a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

5.11.3. Autorizar, a critério da gestão do contrato do TRE-SC, a realização de serviços nos imóveis fora da Grande Florianópolis nas seguintes situações:

- a. Realização de vistorias técnicas nos imóveis à disposição da justiça eleitoral;
- b. Apoio técnico durante o período eleitoral ou de outras eleições apoiadas pelo TRE-SC;
- c. Apoio técnico para mudanças dos Cartórios Eleitorais;
- d. Situações emergenciais;
- e. Durante o período em que não houver contrato específico de manutenção predial para os imóveis fora da Grande Florianópolis.

5.11.4. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.

5.11.5. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.11.6. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços.

5.11.7. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

5.11.8. Responsabilizar-se, em caso de necessidade de deslocamento dos Técnicos, Profissionais e do Supervisor para atendimento aos imóveis deste Tribunal, pelo transporte do prédio-sede do TRE-SC até o local de execução dos serviços, incluindo o deslocamento para restaurantes e hotéis próximos, no caso de pernoite para execução de serviços fora da Grande Florianópolis.

5.12. Obrigações da Contratada

5.12.1. Iniciar a prestação dos serviços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da autorização da gestão contratual, ou em outra data estabelecida pelo TRE-SC, a qual será comunicada à Contratada também com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

5.12.2. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Termo de Referência e seus anexos.

5.12.3. Os serviços de manutenção predial serão realizados nos imóveis próprios e/ou utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC nas cidades da grande Florianópolis e, excepcionalmente, conforme previsto neste Termo de Referência, nos demais imóveis sob a responsabilidade do TRE-SC no estado de Santa Catarina.

- a. Os imóveis próprios e/ou utilizados pelo TRE-SC estão listados no Anexo II deste Termo de Referência.
- b. As áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas no Anexo II deste Termo de Referência. Caso haja mudança no endereço ou acréscimo de imóveis na região, a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.12.4. Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC:

- a. Apresentar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC a declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação: Manutenção Predial.
- b. Providenciar, às suas expensas, e entregar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC, o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s) do profissional citado na alínea “a”, devidamente registrado no CRT, de execução dos serviços deste Termo de Referência. O TRT deverá ter validade durante a vigência do contrato, e novo TRT deverá ser apresentado a cada eventual prorrogação contratual.
- c. Participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEMP/CI/TRE-SC.
- d. Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.

5.12.5. Em relação às exigências de sustentabilidade da contratação, são obrigações da Contratada:

- a. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as resoluções do MTE;
- b. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- c. Efetuar a mensuração dos níveis de produção de gases do efeito estufa, produzidos em razão da prestação do serviço ao TRE-SC, através do devido inventário, observado o Programa Brasileiro GHG Protocol – Escopo 3, em acordo com a Resolução CNJ 400/2021.

5.12.6. Fornecer previamente currículo simplificado dos Técnicos, do Supervisor e dos Profissionais a serem disponibilizados, bem como outros documentos necessários, de modo a comprovar a formação e a experiência necessária.

5.12.7. O TRE-SC poderá recusar os empregados que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços.

5.12.8. Todo novo profissional disponibilizado pelo licitante vencedor deve ter o currículo submetido à Seção de Manutenção Predial antes de iniciar qualquer serviço, a fim de que sejam comprovadas a formação técnica e a experiência.

5.12.9. Responsabilizar-se, em relação aos profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do Termo de Referência, tais como: salários; adicionais de periculosidade, insalubridade e penosidade porventura existentes; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale-refeição; vale-transporte; uniforme; crachás e outras que venham a ser impostas durante a execução do contrato, em conformidade com o exigido nas normas aplicáveis à categoria e legislação vigentes.

5.12.10. Responsabilizar-se pela guarda das ferramentas e demais bens de propriedade deste Tribunal que sejam utilizados na execução dos serviços.

5.12.11. Selecionar, treinar e reciclar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, mantendo suas funções profissionais registradas em suas carteiras de trabalho.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.12.12. Fornecer a todos os profissionais disponibilizados ao TRE-SC, inclusive os oriundos de pacotes adicionais, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) descritos na tabela do Anexo V deste Termo de Referência – Uniformes e EPIs, dentre outros que se tornarem necessários para a adequada execução dos serviços, os quais deverão ser substituídos de acordo com a periodicidade definida neste Termo de Referência.
- 5.12.13. Fornecer a todos os profissionais disponibilizados ao TRE-SC, inclusive os oriundos de pacotes adicionais, malas individuais e intransferíveis, de modo que cada um possua seu próprio ferramental básico, conforme tabela do Anexo III deste Termo de Referência, devendo mantê-las nas dependências do CONTRATANTE.
- 5.12.14. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário).
- a. Nos deslocamentos realizados para execução de serviços fora do ambiente habitual de trabalho, a responsabilidade de transporte é do TRE-SC.
 - b. Responsabilizar-se por TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado, bem como pelas despesas com hospedagem e alimentação do(s) profissional(ais) e eventuais horas-extras durante o deslocamento fora do horário de expediente, de modo a não onerar o empregado, em caso de necessidade de deslocamento para atendimento eventual, conforme previsto neste Termo de Referência, às Zonas Eleitorais fora da Grande Florianópolis.
 - c. Repassar as verbas necessárias ao custeio de seus empregados, em suas respectivas contas bancárias, no caso do subitem anterior, em no máximo, 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação da viagem por parte do TRE-SC.
 - d. Não há previsão de taxa diária de deslocamento quando houver movimentação entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista e Tijucas, incluídos os municípios que pertencem a estas Zonas Eleitorais, constituindo-se o primeiro, a base territorial.
- 5.12.15. Manter quadro de pessoal definido neste Termo de Referência para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o TRE-SC, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 5.12.16. Manter controle automatizado da frequência dos seus funcionários disponibilizados para prestação de serviço no TRE-SC.
- 5.12.17. Atender aos pacotes adicionais, conforme item 5.3 do Termo de Referência, no prazo máximo de 12 (doze) horas, para os pacotes 1 a 3, e de 2 (dois) dias, para os pacotes 4 e 5, a contar da solicitação da Gestão do Contrato.
- 5.12.18. Manter preposto no local da execução dos serviços durante o expediente dos profissionais, conforme determinação da Fiscalização, sem ônus adicional ao TRE-SC, para representá-la na execução do contrato, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 14.133/2021, observado o seguinte:
- a. A indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao TRE-SC em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC.
 - b. A figura do preposto não poderá ser incluída na planilha de custos e formação de preços.
 - c. O nome do preposto poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados, preferencialmente sobre o Supervisor.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.12.19. O preposto deverá assumir a responsabilidade pelos serviços até o recebimento definitivo e, ainda, deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da Gestão ou da Fiscalização que se torne necessária; como também as responsabilidades exigidas no item 5 deste Termo de Referência.
- 5.12.20. Prestar os serviços em horário a ser definido pela fiscalização do Contrato, compreendendo a jornada de trabalho para cada colaborador de 44 horas semanais.
- a. Haverá serviços que, pelas características de funcionamento dos prédios e horário de funcionamento da Justiça Eleitoral, deverão ser executados em períodos noturnos, feriados e finais de semana, mormente aqueles que provoquem ruídos excessivos, poeira, sujeira ou qualquer outro tipo de transtorno que prejudique as atividades ali laboradas, bem como as manutenções corretivas emergenciais.
- 5.12.21. Havendo necessidade de serviços adicionais, o licitante vencedor será remunerado na forma de pacotes, conforme item 5 do Termo de Referência.
- 5.12.22. A CONTRATADA deverá promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviço ao TRE-SC, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados:
- a. Os treinamentos e reciclagens deverão ser custeados pela CONTRATADA e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados.
- b. Os treinamentos e reciclagens devem ser realizados pelo menos uma vez por ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço.
- 5.12.23. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.
- 5.12.24. Executar os serviços na forma determinada no Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Gestão e Fiscalização.
- 5.12.25. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.
- 5.12.26. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.
- 5.12.27. Responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao TRE-SC.
- 5.12.28. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-SC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta licitação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.
- 5.12.29. Participar de reuniões técnicas, agendadas a critério do Contratante. Poderá ser exigida a presença do(a) Responsável Técnico(a), e os custos relacionados aos eventuais deslocamentos ocorridos em função da participação das reuniões não acarretarão ônus ao Contratante.
- 5.12.30. Iniciar a execução dos serviços sempre com a identificação prévia dos funcionários responsáveis e a identificação do Supervisor responsável.
- 5.12.31. Disponibilizar, quando necessário, profissional habilitado (com registro no CRT), para acompanhamento e orientação técnica de seus profissionais, sem ônus adicional ao Contratante.
- 5.12.32. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, a critério do Contratante.
- a. O licitante vencedor deverá apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os relatórios de manutenção preventiva quando cabível, de acordo com referido cronograma.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.12.33. Submeter previamente à aprovação da Gestão eventuais ajustes no cronograma, no plano de execução ou qualquer outra modificação na metodologia originalmente prevista para a execução dos serviços.
- 5.12.34. Cumprir as normas de segurança vigentes, assim como aquelas oriundas da Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, devendo zelar pela segurança de seus funcionários, fiscalizar e orientá-los quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI) sempre que necessário.
- 5.12.35. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em serviço, acidentados ou com mal súbito.
- 5.12.36. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências de qualquer edificação do TRE-SC ou à disposição deste.
- 5.12.37. Diligenciar para que seus funcionários tratem o pessoal da Gestão, Fiscalização e demais servidores do TRE-SC com atenção e urbanidade, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados.
- 5.12.38. Facilitar, durante a realização dos serviços, em tudo o que dela depender, o trabalho da Gestão, acatando imediatamente ordens, decisões e observações emanadas desta.
- 5.12.39. Levar imediatamente ao conhecimento da Gestão e Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis.
- 5.12.40. Evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas.
- 5.12.41. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC.
- 5.12.42. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC.
- 5.12.43. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

5.13. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.14. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.15. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Em relação à Qualificação Técnica dos profissionais, deverá ser exigido:

- a. Técnico em Eletrotécnica: curso Técnico em Eletromecânica ou equivalente comprovado mediante diploma e/ou certificado, registro do título profissional no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, curso de NR-10, carteira de Trabalho com comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses na área.
- b. Profissional da Construção Civil: Ensino fundamental completo, conhecimento e leitura de desenho de arquitetura e de mobiliário, Carteira de trabalho com comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses nas áreas de abrangência de suas atividades, elencadas no item 5 deste Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c. Supervisor: curso técnico em Edificações ou equivalente ou superior, comprovado mediante diploma e/ou certificado, registro do título profissional no respectivo Conselho de Classe, conhecimentos na utilização dos softwares AutoCad, Word e Excel, conhecimentos em leitura de plantas e projetos, Carteira de Trabalho com comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses na área de técnico em edificações ou equivalente e supervisão de equipes e conhecimento nas áreas dos profissionais descritas elencadas no item 5 deste Termo de Referência.

Os Técnicos em Eletrotécnica e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece requisitos e condições mínimas de segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Os Técnicos em Eletrotécnica, Profissionais da Construção Civil e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.

Os Técnicos em Eletrotécnica, Profissionais da Construção Civil e o Supervisor deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 35 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

Os Técnicos em Eletrotécnica e o Supervisor deverão possuir registro ou inscrição no respectivo Conselho de Classe, de modo que estejam absolutamente habilitados a todas as funções previstas para a área de atuação, conforme o art. 14, do Decreto 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d. coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e. coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f. elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g. coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i. realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Manutenção Predial
Fiscal técnico	Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n. 14.133/2021.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do chefe da Seção de Manutenção Predial, ou, na sua ausência, do seu substituto ou, na ausência destes, do seu superior hierárquico e no caso dos Cartórios Eleitorais, pelos respectivos Chefes de Cartório.

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Critérios de medição e de pagamento

Para apuração do valor a ser pago, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme modelo do Anexo I.

Além disso, em caso de não comparecimento de profissionais, a Contratada deverá descontar o valor proporcional na fatura respectiva, sem prejuízo da anotação no IMR, quando configurar falha excedente à tolerância estabelecida, e/ou de apuração da responsabilidade, nos termos do item 13.

8. Reajuste ou repactuação

8.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

8.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

8.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 8.1 conta-se a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 8.1.1, alínea “a”; ou
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 8.1.1, alínea “b”) vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

8.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

8.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRE-SC pelo licitante vencedor – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

8.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

8.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 8.3.

8.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

8.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou
- b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

8.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A contratação de serviços de manutenção predial com fornecimento de insumos pelo TRE-SC traz benefícios de ordem técnica e econômica decorrentes da interdependência dos serviços a serem executados e pela necessidade de gerenciamento centralizado, fatores que proporcionam vantagens para a Administração, no que concerne à coordenação e otimização dos serviços.

Do ponto de vista técnico, caso o objeto fosse dividido e ocorresse o inadimplemento de uma das atividades previstas nesta contratação, haveria riscos de inviabilizar a execução de outros serviços correlatos. E do ponto de vista econômico, poderia haver perda de escala, visto que diversas atividades poderão se utilizar da mesma mão de obra. Assim, não cabe o parcelamento destes serviços.

A adjudicação do objeto deve ser global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e agilizar e uniformizar a comunicação com os prestadores de serviços no desenvolvimento das atividades, em especial quando houver necessidade de solução de ocorrências em períodos críticos do calendário eleitoral e de avaliação e mudanças de imóveis.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRE-SC.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, considerando a estimativa apresentada abaixo:

$$P_{TOTAL} = (P_{TE} \times 48) + (P_{PC} \times 72) + (P_{SP} \times 12) + (P_{PA1} \times 240) + (P_{PA2} \times 360) + (P_{PA3} \times 60) + (P_{PA4}) + (P_{PA5})$$

Legenda:

- P_{TOTAL} = preço final anual(valor estimado)
- P_{TE} = preço mensal do Técnico em Eletrotécnica;
- P_{PC} = preço mensal do Profissional da Construção Civil;
- P_{SP} = preço mensal do Supervisor;
- P_{PA1} = preço pacote adicional 1 (1 hora de serviço do Técnico em Eletrotécnica);
- P_{PA2} = preço pacote adicional 2 (1 hora de serviço do Profissional da Construção Civil);
- P_{PA3} = preço pacote adicional 3 (1 hora de serviço do Supervisor);
- P_{PA4} = preço pacote adicional 4 (1 mês de serviço do Técnico em Eletrotécnica);
- P_{PA5} = preço pacote adicional 5 (1 mês de serviço do Profissional da Construção Civil);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O licitante deverá informar, ainda, por ocasião do envio da proposta ajustada, o valor da taxa diária de deslocamento, que não poderá exceder àquela estipulada para a contratação, sob pena de desclassificação.

A taxa diária de deslocamento será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais previstos na manutenção dos imóveis da grande Florianópolis para os imóveis sob a gestão do TRE-SC fora da grande Florianópolis, a fim de custear todas as despesas.

A empresa proponente deverá apresentar o orçamento com discriminação dos preços unitários e do preço total, com os preços dispostos separadamente.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

- a. Declaração de disponibilidade de profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b. Um ou mais atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei n. 14.133/2021, demonstrando que a licitante:
 - i. Gerencia ou gerenciou serviços terceirizados de operação ou manutenção predial em edificações públicas ou comerciais por período não inferior a 2 (dois) anos;
 - ii. Executa ou executou, a contento, a instalação, operação ou manutenção de instalações prediais em edificações públicas ou comerciais com área construída mínima equivalente a pelo menos a metade do somatório das áreas dos imóveis da interessada, ou seja, 15.000 (quinze mil) m².
 - Nos casos de documentos que não possuem a área discriminada, esta poderá ser verificada através de validação junto ao emissor do atestado.
 - O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - Informação do local e data de expedição do atestado;
 - Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
 - iii. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
 - iv. Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos;
 - v. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- vi. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;
- vii. Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos.
 - *JUSTIFICATIVA: A comprovação do gerenciamento de serviços terceirizados visa aferir se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo nos itens 9.1.13 e 9.1.14 do Acórdão TCU nº 1.214/2013 (Plenário). A exigência de execução de serviço por período não inferior a 2 (dois) anos corresponde a menos de 50% do período total possível da contratação, considerando a possibilidade de prorrogação do Contrato até o limite de 10 anos. Além disso, essa exigência busca evitar a contratação de empresa não especializada em gerenciamento de equipes para manutenções contínuas de edificações. Em relação à área, o valor exigido corresponde a menos de 50% da área das edificações de cada uma das Regiões prevista nesta contratação (vide Anexo II deste Termo de Referência). A exigência desses valores correspondentes a até 50% encontra amparo no art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2024.*
- c. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Técnicos Industriais - CRT, dentro de seu prazo de validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação; e
- e. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- i. Fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Seção de Manutenção Predial – SEMP, pelo e-mail ci-semp@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3875.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma das alíneas “a” e “c” deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- c.1) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “c” apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- d) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;

d.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total das parcelas a executar dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e

e) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado para essa contratação é de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) por ano.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Plano de Contratações

Item 12 – Manutenção Predial

11.2. Plano de Logística Sustentável

Inexiste conflito com objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
01	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 1.300.000,00
Total			R\$ 1.300.000,00

13. Descumprimento contratual e penalidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;
- c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O preço a ser estabelecido para a realização dos serviços objeto do contrato refere-se à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no contrato; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) dia do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Os serviços objeto do contrato serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC realizados diariamente)

SERVIÇO: _____
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços, irregularidade relativa ao efetivo horário da prestação, como atrasos e faltas sem substituição, por exemplo.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato, que descreverá a prática adotada em desacordo com a metodologia estabelecida no contrato ou a atividade que deixou de ser executada com relação à rotina determinada.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, ou seja, a cada falta corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Total de Ocorrências: Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Resultado ineficiente dos serviços, como deficiência na execução ou desorganização do local durante e após os trabalhos.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato, ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
OBSERVAÇÃO: Os registros serão individuais, ou seja, a cada falta corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Total de Ocorrências: Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Inobservância do atendimento imediato às Requisições de Serviço, sempre que houver técnicos ou profissionais disponíveis.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.	
Total de Ocorrências: Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 4	Inobservância da disponibilização das ferramentas necessárias para a execução dos serviços contratados.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data. No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falhas registradas corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem no mesmo serviço.	
Total de Ocorrências: Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências					
Tolerância (-)	2	2	2	2	
Excesso falhas (=)					
Peso (X)	6	10	4	8	
Número corrigido (=)					

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC.

Faixa 1 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;

Faixa 2 – Fator de Aceitação de 1 a 25: 95% de avaliação dos serviços;

Faixa 3 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;

Faixa 4 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;

Faixa 5 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Relação de imóveis do TRE-SC

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	48 3251-7471 / 49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
2	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	48 3251-7452 / 49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
3	ARARANGUÁ	184,45	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3251-401 / 48 988076280	zona001@tre-sc.jus.br
4	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	48 3251-7456 / 47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
				103	48 3251-7459 / 47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br
5	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	48 3251-7468 / 47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
6	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3251-7402 / 48 3243-4052	zona002@tre-sc.jus.br
7	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	48 3251-7403 / 47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
				88	48 3251-7488 / 47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
8	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	48 3251-7404 / 49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br
9	BRAÇO DO NORTE	107,53	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750-000	44	48 3251-7444 / 48 988054212	zona044@tre-sc.jus.br
10	BRUSQUE	255,59	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	48 3251-7405 / 47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
				86	48 3251-7486 / 47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
11	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	48 3251-7406 / 49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
12	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	48 3251-7469 / 49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
13	CAMPOS NOVOS	232,24	Rua Marechal Floriano, 234 - Sala 2, Centro, Campos Novos - SC, 89620-000	7	48 3251-7407 / 49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
14	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	48 3251-7437 / 49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br
15	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	48 3251-7435 / 49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
				94	48 3251-7494 / 49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
16	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezes, N. 69, Térreo - 89700-194	9	48 3251-7409 / 49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
				90	48 3251-7490 / 49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

17	CRICIÚMA	400	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3251-7410 / 48 988083028	zona010@tre-sc.jus.br
				92	48 3251-7492 / 48 988083357	zona092@tre-sc.jus.br
				98	48 3251-7498 / 48 988084754	zona098@tre-sc.jus.br
18	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	48 3251-7411 / 49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
19	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	48 3251-7450 / 49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
20	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
21	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
22	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
23	FLORIANÓPOLIS	1903	Rua São Francisco, 234, Centro, CEP	12	48 3251-7412 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3251-7413 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3251-7400 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
24	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	48 3251-7477 / 49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
25	GASPAR	110	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	48 3251-7464 / 47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
26	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 420, Sala 1, Nova Esperança - 89270-000	60	48 3251-7460 / 47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
27	IBIRAMA	205,11	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	48 3251-7414 / 47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
28	IÇARA	140	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3251-7479 / 48 988081566	zona079@tre-sc.jus.br
29	IMARUÍ	149	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3251-7462 / 48 988061409	zona062@tre-sc.jus.br
30	IMBITUBA	155	Rua Nereu Ramos, 346, Centro - 88780-000	73	48 3251-7473 / 48 988070382	zona073@tre-sc.jus.br
31	INDAIAL	172,24	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	48 3251-7415 / 47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br
32	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanze, N. 69, Centro - 89340-000	38	48 3251-7438 / 47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
33	ITAJAÍ	490,8	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	48 3251-7416 / 47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
				97	48 3251-7497 / 47 988331702	zona097@tre-sc.jus.br
34	ITAPEMA	274,9	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	48 3251-7465 / 47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
35	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	48 3251-7465 / 49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

36	ITUPORANGA	172,34	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	48 3251-7439 / 47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
37	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	48 3251-7417 / 47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
				87	48 3251-7487 / 47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
38	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	48 3251-7418 / 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	48 3521-7485 / 49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
39	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	48 3251-7419 / 47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
				76	48 3251-7476 / 47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
				95	48 3251-7495 / 47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
				96	48 3251-7496 / 47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
				105	48 3251-7475 / 47 988352259	zona105@tre-sc.jus.br
40	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	48 3251-7421 / 49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
				93	48 3251-7493 / 49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
				104	48 3251-7440 / 49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
41	LAGUNA	175,91	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3251-7420 / 48 988119642	zona020@tre-sc.jus.br
42	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-333	22	48 3251-7422 / 47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
43	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	48 3251-7458 / 49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br
44	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	48 3251-7483 / 49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
45	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	48 3251-7489 / 47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br
46	ORLEANS	372,22	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3251-7423 / 48 988128065	zona023@tre-sc.jus.br
47	PALHOÇA	5098 (mais 3.500 m² de estacionamento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
48	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3251-7424 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
				107	48 3251-7480	zona107@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

49	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	48 3251-7441 / 49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
50	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	48 3251-7481 / 47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
51	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	48 3251-7466 / 49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br
52	PONTE SERRADA	100	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	48 3251-7463 / 49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
53	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	48 3251-7425 / 42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br
54	QUILOMBO	80,14	Av Coronel Ernesto Bertaso 464 - Ed.alameda Jardins - Sl - S, Centro, Quilombo - SC, 89850-000	78	48 3251-7478 / 49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
55	RIO DO SUL	373	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-196	26	48 3251-7426 / 47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
				102	48 3251-7472 / 47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
56	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	48 3251-7474 / 47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	48 3251-7451 / 49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br
58	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3251-7467 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
59	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	48 3251-7430 / 47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br
60	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01 - 89885-000	70	48 3251-7470 / 49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
61	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	48 3251-7427 / 47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br
62	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3251-7453 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
63	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	48 3251-7428 / 49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
64	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	cgi-sa@tre-sc.jus.br
				29	48 3251-7429 / 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
65	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	84	48 3251-7484 / 48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
66	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	48 3251-7449 / 49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br
67	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	48 3251-7445 / 49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
				82	48 3251-7482 / 49 988033111	zona082@tre-sc.jus.br
68	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	48 3251-7461 / 49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

69	SOMBRIÓ	120	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3251-7454 / 48 988058343	zona054@tre-sc.jus.br
70	TAIÓ	220	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	48 3251-7446 / 47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br
71	TANGARÁ	68,45	Rua Ademar de Barros, N. 230, Térreo, Centro - 89642-000	47	48 3251-7447 / 49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br
72	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3251-7431 / 48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br
73	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	48 3251-7432 / 47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
74	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	48 3251-7457 / 47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br
75	TUBARÃO	360	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar - 88701-105	33	48 3251-7433 / 48 988045453	zona033@tre-sc.jus.br
				99	48 3251-7499 / 48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
76	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3251-7442 / 48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
77	URUSSANGA	108	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3251-7434 / 48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br
78	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	48 3251-7436 / 49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	48 3251-7443 / 49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	48 3251-7448 / 49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III – Relação de Ferramentas e Equipamentos

ITEM	MATERIAL*	QUANTIDADE
1	Maleta para ferramentas; com estrutura rígida; revestida externamente com plástico rígido; cantos plásticos e laterais reforçadas com cantoneira de alumínio; revestida internamente com tecido reforçado; dispositivo para transporte removível com alça telescópica e rodas; fivelas, travas e dobradiças em aço cromado; com alça superior; fechaduras com segredo personalizável; bolsos e divisões auxiliares internamente; dimensões de 45,5 x 33 x 15,5 cm (comp. x larg. x alt.), cor preta, marca Vonder, modelo MF180 ou similar.	10 unidades
2	Chave canhão sextavada, cabo triovalado, com medidas nominais de 8 x 245, 9 x 245, 10 x 245, 11 x 245, 12 x 245, 13 x 245 (mm x mm), acabamento niquelado, cabo ergonômico, marca SATA ou similar.	02 unidades de cada
3	Jogo de chave hexagonal com acabamento oxidado, fabricada em aço cromo-vanádio; com curvatura de 90 graus; composto por chaves nas medidas nominais de 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 6, 8, 10 (mm); marca SATA ou similar.	02 jogos
4	Chave de fenda fabricada em aço cromo-vanádio; acabamento niquelado e cromado; cabo ergonômico com formato triovalado; nas medidas nominais de 1/8 x 3.1/8, 1/8 x 6, 1/4 x 5, 1/4 x 8, 5/16 x 12 (pol); marca SATA ou similar.	10 unidades cada
5	Chave Phillips fabricada em aço cromo-vanádio; com haste temperada em toda a sua extensão; acabamento niquelado; ponta oxidada; cabo ergonômico com formato triovalado; nas medidas nominais de 1/8 x 5, 3/16 x 5, 1/4 x 5, 1/4 x 8, 5/16 x 8 (pol); marca SATA ou similar.	10 unidades cada
6	Chave de fenda com haste isolada, fabricadas em aço cromovanádio; acabamento niquelado; cabo ergonômico com formato triovalado; com medidas nominais de 1/8 x 4, 3/16 x 4, 1/4 x 6 (pol); marca SATA ou similar.	04 unidades cada
7	Chave de fenda paralela com haste isolada; fabricadas em aço cromo-vanádio; largura da ponta igual ao diâmetro da haste; isolada de acordo com a norma NBR 9699 - 1.000 V; cabo ergonômico triovalado; nas medidas nominais de 1/8 x 8, 3/16 x 6, 1/4 x 6 (pol); marca SATA ou similar.	04 unidades cada
8	Chave de fenda cotoco; fabricada em aço cromo-vanádio; acabamento niquelado; cabo ergonômico com formato triovalado; com medidas nominais de 3/16 x 1.1/2, 5/16 x 1.1/2 (pol); marca SATA ou similar.	10 unidades cada
9	Chave Phillips Isolada; fabricada em aço cromo-vanádio; com haste temperada em toda a sua extensão; isolada de acordo com a norma NBR 9699 - 1.000 V; ponta oxidada; cabo ergonômico com formato triovalado; nas medidas nominais de 1/8 x 4", 3/16 x 4", 1/4 x 6" (pol); marca SATA ou similar.	04 unidades cada
10	Chave Phillips cotoco; fabricada em aço cromo-vanádio; acabamento niquelado e cromado; cabo ergonômico com formato triovalado; ponta oxidada; com medidas nominais de 3/16 x 1.1/2, 1/4 x 1.1/2 (pol); marca SATA ou similar.	10 unidades cada
11	Jogo de Soquetes Sextavados 1/4" Composto por:	02 unidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Soquetes em milímetros: 4 - 4,5 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 mm Soquetes em polegadas: 3/16" - 7/32" - 1/4" - 9/32" - 5/16" - 11/32" - 3/8" - 7/16" - 1/2" Acessórios: Catraca – Cabo T – Cabo Fixo – Cabo de Força com Joelho – Extensão 2" – Extensão 6" – Junta Universal (ESTOJO TERMOPLÁSTICO) Referência: Modelo 234402MPBJ da marca SATA ou similar.	
12	Chave Canhão Tee para troca de reparo de válvula de descarga Hydra Max e Luxo.	06 unidades
13	Chave Multifuncional Instalador Hidráulico para pia e torneira.	06 unidades
14	Alicate de pressão Mordente triangular 10", em aço carbono, cromado. Marca Tramontina ou similar.	06 unidades
15	Esquadro profissional 10" em metal. Marca Stanley, modelo 46-534 ou similar.	06 unidades
16	Nível Alumínio base magnética 12", em alumínio. Dimensões aproximadas C x L x A: 30,5 x 2 x 6 centímetros. Marca Tramontina ou similar.	06 unidades
17	Jogo de formão para madeira com 4 peças, composição: 1/4", 1/2", 3/4" e 1", em aço cromo vanádio, com cabo anatômico. Com lâmina de aço endurecido e temperado. Marca Stanley, modelo 16-120 ou similar	02 unidades
18	Jogo de limas murça 8" com 5 peças, com cabos plásticos. Marca Gedore ou similar.	02 unidades
19	Serrote Profissional 20" com 7 Dentes por polegada em aço carbono com cabo de madeira. Marca Tramontina, modelo MASTER ou similar.	02 unidades
20	Cortador de tubos 2.1/2" para tubos de PVC, com acionamento tipo catraca e lâmina de aço com acabamento de material antiaderente (PTFE) com fio de corte trapezoidal. Corpo em alumínio. Indicado para corte em tubos de PVC até 64 mm. Marca: Vonder ou similar.	02 unidades
21	Alicate de corte diagonal; fabricado em aço cromo-vanádio; arestas de corte com ajuste preciso e temperadas por indução; cabo antideslizante com abas protetoras arredondadas e isolamento de 1.000 V de acordo com ABNT NBR 9699; capacidade de corte de arame mole o 2.5 e arame duro o 1.6; na medida nominal de 6 (pol); marca SATA ou similar.	04 unidades
22	Alicate universal eletricitista; fabricado em aço cromo-vanádio; arestas de corte com ajuste preciso e temperadas por indução; cabo antideslizante com abas protetoras arredondadas e isolamento de 1.000 V de acordo com ABNT NBR 9699 e NR 10; na medida nominal de 6 (pol); marca SATA ou similar.	10 unidades
23	Alicate eletricitista (com "bico"); fabricado em aço cromo-vanádio; arestas de corte com ajuste preciso e temperadas por indução; cabo antideslizante com abas protetoras arredondadas e isolamento de 1.000 V de acordo com ABNT NBR 9699 e NR 10; capacidade de corte de arame mole o 3.0 e arame duro o 1.6; na medida nominal de 8 (pol); marca SATA ou similar.	04 unidades
24	Alicate desencapador de fios 8 pol., cabo ergonômico, corpo em aço carbono, com pino de micro ajuste que regula a intensidade da força para corte do fio, desencapa fios com bitolas de 0,2 à 6,0 mm, corta	04 unidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	fios de 0,2 à 6,0 mm. Marca Tramontina, modelo TramontinaPro-44051/108 ou similar.	
25	Detector de tensão, faixa de detecção de 12V a 1000 V CA, a pilha (com pilhas inclusas). Marca Vonder, Modelo Dtv1210 3870121000, ou similar.	04 unidades
26	Alicate bomba d'água com isolamento; fabricado em aço cromo-vanádio; com regulagem por ranhuras e sistema de trava; cabo com abas protetoras arredondadas e isolamento de 1.000 V de acordo com ABNT NBR 9699; na medida nominal de 9 1/2 (pol); marca SATA ou similar.	06 unidades
27	Chave ajustável; acabamento oxidado (cabeça polida nas duas faces) com proteção contra ferrugem e corrosão; com acionamento por rosca sem fim recartilhada que permite fácil ajuste da abertura da mandíbula; com escala em milímetros para determinar a abertura; nas medidas nominais de 6 e 8 (pol) marca SATA ou similar.	06 unidades de cada
28	Talhadeira; fabricada em aço cromo-vanádio; para corte e desbaste de materiais metálicos; acabamento oxidado; nas medidas nominais de 100 x 12, 175 x 19 e 250 x 22 (mm x mm); marca SATA ou similar.	06 unidades de cada
29	Escada telescópica de alumínio com 12 degraus retrateis; altura da escada aberta de no mínimo 3,73 m, altura da escada fechada de no máximo 89 cm; peso mínimo: 11 Kg; ponteira antiderrapantes; marca Mor ou similar.	02 unidades
30	Martelo de unha, cabeça forjada e temperada em aço carbono especial, acabamento polido e envernizado, pescoço octogonal, cabo de fibra de vidro fixado com epóxi e pino elástico, empunhadura injetada, com 28 mm de área de impacto e 33 cm de comprimento, peso de no mínimo 0,7 kg e no máximo 0,8 kg, marca Tramontina, referência: 40705016, ou similar.	06 unidades
31	Trena, com 5 m comprimento, estojo anatômico em ABS de alta resistência, fita com pintura fosca antirreflexo, fita de 19 mm de largura, com trava, presilha para cinto, com alça de nylon e gancho autoajustável na ponta da fita permitindo medições internas e externas, marca Vonder ou similar.	10 unidades
32	Cortador de piso/azulejo que corta até 75 cm, com sistema de articulação que permite separar peças em qualquer ângulo simultaneamente, com separador que permite o aumento da área de contato com o piso, marca Cortag modelo TEC 75 ou similar.	01 unidade
33	Ferro de solda, com 25 W de potência, 220 V, comprimento do cabo elétrico de 1 metro, marca Tramontina ou similar.	04 unidades
34	Parafusadeira / Furadeira a bateria, voltagem 14,4 V; n° de rotações sem carga 0 – 400 / 1.250 min-1; capacidade de perfuração: aço: 25 mm, madeira: 25 mm, mandril sem chave 10 mm; Bateria 1.3 Ah LI; 220 V; com 1 carregador multicharger de 60' AL 1820 CV, 2 baterias 14,4 V-LI Compact 1.3 Ah, bit de ponta dupla, maleta de transporte; marca Bosch, modelo GSR 14,4 2 LI Professional ou similar	04 unidades
35	Alicate amperímetro; com capacidade para medição de corrente CA faixa de: 40,00 A / 400,0 A, precisão 2% ± 5 dígitos (45 Hz a 65 Hz) e 2,5% ± 5 dígitos (65 Hz a 400 Hz); corrente CC faixa: 40,00 A / 400,0 A; tensão CA e CC faixa: 600,0 V; resistência faixa: 400 Ω / 4000 Ω / 40.00 KΩ; continuidade: ≤ 30 Ω; capacitância: 100,0 μF a 1000 μF; frequência 5,0 Hz até 500,0 Hz; , com luz de fundo e retenção de dados; medição de temperatura: -10° C a 400° C (14° F a 752° F);	04 unidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	dimensões aproximadas: 207 x 75 x 34 mm (A x L x P).	
36	Chave de fenda teste de voltagem 150mm 80-250V, com material da haste em aço carbono e acabamento da haste niquelado. Marca Tramontina ou similar.	04 unidades
37	Nível a Laser com 2 Linhas, uso profissional, nivelamento Automático (Autonivelante), alcance mínimo de 15m, laser cor Verde (Ambientes Externos e Internos). Acompanhado de 1 Divisória L-BOXX 1/2, 1 Maleta, 1 Painel alvo, 1 Suporte rotativo, 3 pilhas AA e 1 tripé com maleta. Modelo de referência: GCL 2-15 G da marca Bosch ou similar	02 unidades
38	Carrinho-de-mão com braço metálico e caçamba metálica funda entre 0,6 mm (chapa 24) e 0,9 mm (chapa 20), com capacidade mínima para 90 L, roda com rolamentos, medindo entre 1450 e 1550 X 550 e 650 X 600 e 650 mm (Comprimento X Largura X Altura); peso máximo de 13,5 kg, cor preta, marca Tramontina ou similar	02 unidades
39	Andaime tubular, com 8 metros de altura, com 16 painéis de 1000 x 1500 mm (Altura x Largura), com 4 travas de diagonais, com guarda corpo com porta, com escada com 4 peças de 2000 mm de altura, com 4 sapatas ajustáveis e 4 rodízios ajustáveis, plataforma toda revestida com piso em chapa de aço antiderrapante encaixável, fabricado em aço SAE 1010, Ø 42,20 mm, # 2,65 mm, acabamento em esmalte sintético na cor amarela, conforme norma ABNT NBR- 6494 e NR-18; marca Mecam, modelo A2 ou similar.	01 unidade
40	Escada extensiva em fibra de vidro; montante vazado – degrau "D"; não absorve água; com sapatas de borracha antiderrapante; nas medidas 2,73 x 4,20 m (fechada x aberta); com 13 degraus úteis; peso mínimo de 14 kg; com bandeirolas de advertência para sinalização de transporte; marca Forplas ou similar.	02 unidades
41	Serra de esquadria; comprimento da serra: 55 cm, largura máxima de corte: 17 cm, mesa ajustável em 45°, dimensões aproximadas: 26 x 63 x 40 cm (A x L x P); peso mínimo de: 4,7 kg; marca Ferrari, modelo SME-12 ou similar.	01 unidade
42	Lavadora de alta pressão; potência 2,2 kW; tensão: 220V – mono; vazão mínima de 500 l/h; dimensões máximas de 790 x 390 X 420 mm (C x L x A); pressão mínima de 1.740 lbs/pol ² (120 bar); peso máximo de 26 kg; bomba compacta com três pistões de aço inox, cabeçote de latão e tubeira de aço inox; pistola com mangueira; com alça de transporte retrátil, dosador de detergente integrado e espaço para armazenar o cabo elétrico e a mangueira; marca Kärcher, modelo HD 5/12 C ou similar.	01 unidade
43	Aspirador de pó profissional, 220V, com no mínimo 1250W de potência, sucção superior, filtro H13 HEPA, acompanhado de no mínimo 3 metros de mangueira, tubo curvo, bocal para fendas, conjunto de bocal para chão, adaptador, tubos (2 peças) e sacos plásticos (5 peças), que deverão ser repostos pela Contratada sempre que necessário. Referência: Aspirador de Pó Bosch GAS 12-25 PL, 1250W 220V.	01 unidade
44	Betoneira Profissional, com capacidade para 150 L, motor com 0,33 CV de potência, 220 V, monofásico, 1750 r.p.m., capacidade de 100 litros por hora, revestida na cor vermelha, com proteção no motor, cuba sem solda e rodas grandes, marca Motomil, modelo MB-150 L	01 unidade



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	ou similar.	
45	Equipamento de solda MIG portátil, engate DINSE 13 mm, espessura do arame 0,8mm, espessura da chapa até 4,8mm, espessura do eletrodo 3,25mm, voltagem 127V/220V – Bivolt Automático, eletrodo E6013, E7018, ferro fundido ou inox. Incluindo tocha MIG 150A 3m; cabo porta eletrodo; cabo garra de aterramento e roldana Canal V para aço carbono. Referência: Solda MIG marca Boxer, modelo MIGFLEX 160 BV.	01 unidade

* As marcas citadas prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devam estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas - destarte, será aceito pelo Contratante, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).

Ficará a cargo da Contratada a manutenção e a devida substituição das ferramentas e equipamentos que apresentarem defeito ou não estiverem atendendo a demanda.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo IV – Plano de Manutenção Preventiva

A CONTRATADA deverá utilizar o Plano de Manutenção, sugerindo alterações quando necessárias, que deverão ser submetidas à validação pelo CONTRATANTE, detalhando as atividades de manutenção e a periodicidade mínima com que deverão ser executadas.

O Plano de Manutenção não é exaustivo e não impede que a CONTRATADA realize atividades complementares que julgue necessárias para a correta operação e conservação do edifício.

Nas tabelas do Plano de Manutenção, a periodicidade mínima das rotinas pode ser Diária (D), Semanal (S), Quinzenal (Q), Mensal (M), Trimestral (T), Semestral (ST) ou Anual (A):

MANUTENÇÃO CIVIL								
ITEM	REFERÊNCIA	PERIODICIDADE						
		D	S	Q	M	T	ST	A
1	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							
1.1	Rodízio entre as bombas de recalque de água dos edifícios Sede e Anexo 01. Verificar a abertura dos registros antes de acionar a nova bomba e fechar os registros da bomba que ficará inoperante.			x				
1.1	Verificar, registrar e analisar a leitura do medidor de água. Analisar consumo de água e efetuar teste de verificação de vazamentos, quando identificado na leitura do medidor aumento injustificado do consumo.		x					
1.2	Limpar ralos, sifões, calhas, grelhas e buzinos.						x	
1.3	Verificar a regulagem do mecanismo das descargas. Quando necessário, realizar a regulagem ou substituição de reparos.		x					
1.4	Inspecionar as caixas de inspeção, de gordura, etc.					x		
1.5	Limpar caixas de gordura.					x		
1.6	Inspecionar os registros de gaveta para evitar vazamento.					x		
1.7	Inspecionar torneiras, misturadores e registros.				x			
1.8	Inspecionar pintura das tubulações.							x
2	REVESTIMENTO DE PAREDES							
2.1	Verificação da pintura/textura/revestimento cerâmico das fachadas e áreas comuns.							x
3	PISO ELEVADO							
3.1	Verificar a existência de placas soltas desniveladas ou com o acabamento danificado, bem como o estado dos apoios. Quando necessário, realizar a reposição (CPD e Casa de máquina).						x	
4	ESQUADRIAS (FERRO / ALUMÍNIO)							
4.1	Inspecionar portas: fechaduras, regulagem, persianas internas. Observar instalações em garantia.						x	
4.2	Inspecionar janelas: sistemas de abertura e fechamento, fixação dos vidros e puxadores.						x	
4.3	Inspecionar portas corta-fogo: fechaduras, pressão mola / fechamento, regulagem, lubrificação, oxidação.						x	
5	TETOS E FORROS (FIBRA MINERAL, GESSO, PVC E OUTROS)							
5.1	Verificar a existência de umidade, trincas ou demais defeitos.						x	
6	COBERTURA / IMPERMEABILIZAÇÃO							
6.1	Verificar estado da impermeabilização e proteção mecânica, acabamento em cantos, tubos emergentes, canaletas, soleiras, ralos e rufos. Quando necessário, realizar os reparos.						x	



6.2	Verificar funcionamento dos ralos na cobertura, limpeza das calhas e coletores. Quando necessário, realizar limpeza ou desentupimento.				x			
6.3	Verificar a presença de telhas partidas ou trincadas e a estanqueidade e integridade do sistema de fixação, bem como deslizamento ou demais deslocamentos. Quando necessário, efetuar a substituição (devem ser utilizadas telhas da mesma especificação) ou o reforço da fixação.					x		
7	ÁREAS INTERNAS							
7.1	Verificar elementos internos: oxidação, deslocamento, manchas, infiltrações, elementos soltos, trincas, fissuras, etc.						x	
7.2	Verificar estrutura da laje / reforço da estrutura da casa de máquina dos elevadores (Verificar se as chapas de aço estão integras e firmes).						x	
7.3	Inspecionar persianas das salas: funcionamento, danos, roldanas, etc.					x		
7.4	Verificar corrimãos das escadas internas: fixação, oxidação, deslocamento, etc. Quando necessário, realizar o serviço de manutenção.				x			
8	ÁREAS EXTERNAS							
8.1	Verificar estado das instalações das áreas externas: acessos, calçadas, meio-fio, tampas, guarda-corpo, infiltrações, etc.				x			
8.2	Verificar elementos das fachadas externas: oxidação, deslocamento, manchas, infiltrações, estruturas soltas, trincas, fissuras, etc.						x	
8.3	Verificar estado de fixação das grades da fachada do prédio Sede e laterais do prédio Anexo, reforçando a fixação quando necessário. Observar todas as medidas de segurança exigidas na atividade.					x		
9	SISTEMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO							
9.1	Verificação da sinalização, vazamento e limpeza dos hidrantes.				x			
9.2	Verificação do estado de conservação, acondicionamento e enrolamento das mangueiras de incêndio.				x			
9.3	Verificação da sinalização, desobstrução dos espaços, lacres, manômetros, vazamento e limpeza dos extintores.				x			
9.4	Verificação da pressurização da rede de hidrantes.				x			
9.5	Inspeção de uniões, tubos e conexões quanto a corrosão, vazamento e pintura.				x			
Observação								
*	Desconsiderar a rotina para as edificações / locais que não possuem o respectivo elemento.							



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

MANUTENÇÃO ELÉTRICA								
ITEM	REFERÊNCIA	PERIODICIDADE						
		D	S	Q	M	T	ST	A
1	QUADRO GERAL DE FORÇA E QUADROS DE ENTRADA E DISTRIBUIÇÃO DE LUZ E FORÇA							
1.1	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação.					x		
1.2	Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente.		x					
1.3	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral.		x					
1.4	Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.		x					
1.5	Limpar externamente os Quadros.					x		
1.6	Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada.					x		
1.7	Verificar a pressão das molas dos disjuntores termomagnéticos.					x		
1.8	Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores.					x		
1.9	Verificar a regulação do disjuntor geral.					x		
1.10	Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento).					x		
1.11	Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos).					x		
1.12	Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra.					x		
1.13	Efetuar limpeza geral nas conexões e disjuntores.					x		
1.14	Reapertar parafusos de fixação do barramento, conexões e ferragens.							x
2	BARRAMENTOS							
2.1	Inspecionar cofres, sobreaquecimentos de contatos e vibrações.							x
2.2	Reapertear conexão e contatos.							x
2.3	Medir nível de isolamento.							x
2.4	Limpar a blindagem dos barramentos com sopro de ar comprimido.							x
2.5	Verificar e corrigir aterramento.							x
2.6	Combater corrosão e retocar pintura.							x
3	GERADOR							
3.1	Verificar se o gerador está em modo automático, se o botão de emergência não está acionado e se há alarmes no painel do equipamento	x						
4	QUADROS DE COMANDO							
4.1	Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos				x			
4.2	Verificar a existência de fusíveis queimados				x			
4.3	Inspecionar a pressão de contato dos fusíveis				x			
4.4	Inspecionar o estado das bases de fusíveis quanto ao aquecimento				x			
4.5	Verificar o fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis				x			
4.6	Inspecionar o estado das chaves magnéticas				x			
4.7	Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões				x			

1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo V – Uniformes e EPI's

A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, os seguintes uniformes e EPI's novos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL PREVISTA POR FUNCIONÁRIO
UNIFORME		
01	Camisa pólo, manga curta, confeccionada em malha Piquet, com 60% poliéster e 40% algodão, com logomarca da empresa. (Supervisor e Profissional da Construção Civil)	08 unidades (04 por semestre)
02	Camisa pólo, manga curta, confeccionada em malha 100% algodão, com logomarca da empresa. (Eletrotécnicos)	08 unidades (04 por semestre)
03	Calça jeans azul marinho, estilo tradicional, sem componentes metálicos.	06 unidades (03 por semestre)
04	Botinas com cadarço, reforço frontal anatômico em PVC, confeccionada em couro vaqueta natural hidrofugada, acabamento camurça (nobuck), na cor preta ou marrom, com forro frontal e lateral em couro semi acabado, palmilha de construção em couro natural fixada por processo strobrel, solado bidensidade com duas camadas, formato antiderrapante com amortecedor contra impactos.	02 unidades (01 por semestre)
05	Jaquetas de moletom com a mesma cor da camisa, com logomarca da empresa.	02 unidades (01 por semestre)
EPI'S ELETROTÉCNICOS		
06	Uniforme anti-chama NR-10 na cor cinza, risco 2, com refletivo: camisa (CA 48511) e calça (CA 48513). Confeccionado com tecido retardante à chama, 100% ALGODÃO, conforme normas (NFPA2112 e NFPA70E - NR10). Calça com fechamento botão retardante a chama, braguilha botão com proteção, cós traseiro elástico de 40mm, 5 passantes, 2 bolsos frontais chapados, 2 bolsos traseiros chapados, com faixa refletiva.	01 unidade
07	Par de luvas de cobertura em vaqueta, para proteger a luva de segurança de baixa tensão. Marca de referência: SIG, Orion ou equivalente	01 unidade
08	Óculos de segurança transparente contra impacto e antiriscos, com lente única em policarbonato que possibilitam uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário.	01 unidade
09	Protetor auditivo tipo concha, atenuação acima de 22 dB.	01 unidade
10	Protetor auricular de inserção, tipo plug, em silicone, com atenuação de no mínimo 15 (quinze) decibéis.	01 unidade
11	Capacete de segurança aba frontal, com suspensão de polietileno sem jugular.	01 unidade
12	Par de luvas de segurança para baixa tensão, CA: 500V / CC: 750V. Marca de referência: SIG, Orion ou equivalente	01 unidade
13	Par de luvas para proteção tricotada em nylon, recoberta na palma em poliuretano, punho em elástico. Marca de referência: Danny flex DA-12.200C ou equivalente	01 unidade
EPI'S PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL		
14	Protetor facial em policarbonato de 8" ou 20 cm. Marca de referência: Novel	01 unidade
15	Óculos de segurança transparente contra impacto e antiriscos, com lente única em policarbonato que possibilitam uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário.	01 unidade
16	Protetor auditivo tipo concha, atenuação acima de 22 dB.	01 unidade
17	Protetor auricular de inserção, tipo plug, em silicone, com atenuação de no mínimo 15 (quinze) decibéis.	01 unidade
18	Capacete de segurança aba frontal, com suspensão de polietileno sem jugular.	01 unidade
19	Par de luvas de couro com palma em vaqueta, punho 20 cm	01 unidade
20	Avental de segurança confeccionado em raspa de couro sem emenda e sem costura - tamanho único	01 unidade*
21	Máscara para poeira - descartável	100 unidades*
22	Par de luvas de PVC cano longo, mínimo 56 cm. Marca de referência Indacol, Promat ou equivalente	04 unidades*
23	Par de luvas para solda	02 unidades*



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

EPI'S COMUNS PARA TODOS		
24	Talabarte de segurança, 2 mosquetões trava dupla *53* mm de abertura, com absorvedor de energia.	02 unidades*
25	Trava quedas em aço para corda de 12mm, extensor de 25 x 300mm, com mosquetão tipo gancho trava dupla.	02 unidades*
26	Cinturão de segurança tipo paraquedista, fivela em aço, ajuste no suspensório, cintura e pernas.	02 unidades*

* Deverão ser fornecidas as quantidades indicadas para utilização de todos os técnicos de manutenção predial.

Ficará a cargo da Contratada a substituição dos uniformes e EPI's que se esgotarem, apresentarem desgaste, defeito ou não estiverem atendendo as normas de segurança.

As marcas eventualmente citadas prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devam estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas - destarte, será aceito pelo Contratante, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).

